



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2024 – DL/CMMC

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II e §§ 1º a 4º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

DADOS DO AVISO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/CMMC

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA
DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Até dia 25/11/2024, às 12:00h
(Horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA
E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

licitacaocmmc@gmail.com

A Câmara Municipal de Mojuí dos Campos - PA, com sede na Rua Dep. José Macêdo, s/nº - Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº17.434.855/0001-23, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados no Aviso.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para instalação de micro sistemas de geração de energia solar fotovoltaica *on grid*, incluindo a elaboração do projeto, fornecimento de equipamentos, materiais necessários e estrutura completa para instalação em telhado metálico, instalação e efetivação do acesso ao monitoramento on-line, manutenção e suporte técnico e treinamento, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

ANEXO I — TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II — MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes da execução do objeto correrão a cargo da seguinte dotação orçamentárias:

1010 – Câmara Municipal de Mojuí dos Campos

01.031.0001.2001 – Manutenção das atividades da Câmara

4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente

4.4.90.52.00 – Máquinas e equipamentos energéticos

3. DO VALOR ESTIMADO:

3.1 O valor global estimado para contratação será de **R\$ 50.727,53(Cinquenta mil, setecentos e vinte e sete reais, cinquenta e três centavos)**.

4. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES:

4.1. O prazo de divulgação do presente Aviso será de **03 (três) dias úteis**, iniciando-se às 12:00h do dia **19/11/2024** e encerrando-se às 12:00h do dia **25/11/2024**.

4.2. Durante todo o período de divulgação deste Aviso, os interessados no objeto poderão enviar Propostas e documentação, exclusivamente, para o e-mail: **licitacaocmmc@gmail.com**, fazendo referência ao número do processo de dispensa.

4.2.1. Não serão aceitas propostas enviadas para outro e-mail diverso do indicado acima.

4.2.2. Limite para Apresentação da Proposta de Preços e documentação será até 25/11/2024 às 12:00h.

4.3. O fornecedor será selecionado pela adoção do critério de julgamento DE MENOR PREÇO POR ITEM.

4.4. Após concluído o período para envio de propostas, o agente de contratação irá verificar as condições de habilitação do detentor da proposta de menor preço, buscando verificar as condições de habilitação estabelecidas neste edital.

4.5. Confirmado o não atendimento das condições de habilitação, o licitante será desclassificado e será convocado o segundo melhor classificado, procedendo-se dessa forma até que se obtenha licitante habilitado;

4.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista por parte das MEs, EPPs ou equiparadas nos termos da lei, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.7. Selecionado e habilitado o detentor da proposta mais vantajosa, o processo será encaminhado à Presidência para adjudicação, homologação ou revogação/anulação quando for o caso.

4.8. Pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos durante todo o prazo de que trata o item 4.1. para o e-mail indicado no item 4.2.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

4.9. A impugnação a qualquer item deste Aviso deverá ser formulada por escrito, instruída com a documentação comprobatória perfeitamente legível, original ou cópia autenticada, e encaminhada para o endereço eletrônico indicado no item 4.2, no prazo de divulgação do item 4.1.

4.10. A resposta à impugnação apresentada será dada no prazo de 3 (três) dias úteis contados do seu recebimento, encaminhada exclusivamente ao endereço eletrônico indicado pelo(a) impugnante.

4.11. A contratação de que trata esse aviso será efetivada por meio de contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução de serviço nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

4.12. Após celebração do contrato ou instrumento equivalente, o mesmo será divulgado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos.

5. PROPOSTAS DE PREÇOS:

5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada na forma, prazo e condições estipulados neste Aviso e seus anexos.

5.2. A proposta deverá ser redigida em papel timbrado da empresa, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Aviso, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

a) Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;

b) Preços de acordo com os praticados no mercado, dentro do preço máximo que a Câmara se dispõe a pagar, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta por extenso.

c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

5.3. A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, mão de obra, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

5.4. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Aviso será desclassificada.

6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

6.1. Para fins de comprovação de habilitação, deverão ser apresentados junto com a proposta de preços, os documentos relacionados no Anexo III com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

6.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

6.1.2. Contrato Social e última alteração (A licitante que não tiver alteração em seu contrato social, deverá apresentar o contrato social juntamente com a Certidão Simplificada da Junta Comercial); ou Certidão Simplificada da Junta Comercial e última alteração do Contrato Social; ou Estatuto Social e última alteração. ou documento equivalente no caso de licitante considerado Micro Empreendedor Individual (MEI), segundo definição do Art. 18-A e seguintes da Lei Complementar 123/2006, sujeito a comprovação desta condição pela comissão de licitação

6.1.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Portaria 258 de 5 de setembro de 2014 alterada pela Portaria MF nº 443 de 17 de outubro de 2014, do domicílio ou sede do proponente.

6.1.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que pode ser conseguida através do link <http://www.tst.jus.br/certidao>, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.1.7. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que pode ser conseguida através do link <https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

6.1.8. Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca sede da pessoa jurídica licitante. (Caso não conste na Certidão o prazo de validade da mesma, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão).

6.1.9. Declaração do proponente de que não pesa contra si, **declaração de inidoneidade** que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo (Modelo Anexo);

6.1.10. Declaração de Inexistência de Servidores no Quadro Pessoal da Empresa Licitante (Modelo Anexo);

6.1.11. Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo);

6.1.12. Comprovação, através de atestado ou **declaração de capacidade técnica emitido por empresa pública ou privada em papel timbrado**, constando todos os dados da empresa emitente, período em que a licitante participante forneceu o objeto semelhante ao licitado, numeração do contrato que originou a determinada capacidade técnica e se foi satisfatório seu cumprimento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

7. DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

8.2. O presente Aviso poderá ser revogado, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.3. O presente Aviso poderá ser anulado, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento oriundo deste Aviso, não gera direito a indenização.

8.4. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceite pela Câmara Municipal.

8.5. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

8.6. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irreatável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.

8.7. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação/inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

8.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso, com fulcro no Art 183 da Lei Federal 14.133/2021, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.

Mojuí dos Campos – Pará, 18 de novembro de 2024.

JESANIAS DA SILVA PESSOA

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO:

Unidade Orçamentaria: Câmara Municipal de Mojuí dos Campos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A aquisição do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório de Dispensa de Licitação, pelo critério de Menor Preço por lote nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3. DO OBJETO E OBJETIVOS:

3.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para instalação de micro sistemas de geração de energia solar fotovoltaica *on grid*, incluindo a elaboração do projeto, fornecimento de equipamentos, materiais necessários e estrutura completa para instalação em telhado metálico, instalação e efetivação do acesso ao monitoramento on-line, manutenção e suporte técnico e treinamento, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos.

3.2. A contratação da empresa é indispensável para economia de recursos orçamentários com despesas de energia elétrica que tem um custo elevado, bem contribuir para o uso de recursos naturais, utilizando-se de fonte de energia limpa e renovável.

3.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Total
01	SISTEMA FOTOVOLTAICO ON GRID COM 40 PAINÉIS COM CAPACIDADE DE GERAÇÃO MÉDIA DE 2500 KWH/MÊS E INVERSOR EXPANSÍVEL PARA GERAÇÃO DE ATÉ 4000KWH/MÊS. PRODUTOS CERTIFICADOS PELO INMETRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA, COM PAINÉIS SOLARES. MÓDULO FOTOVOLTAICO MONO EMSH 550 HCU, COM INVERSOR ON GRID KW EGT 20000 MAX PROJETO DE APROVAÇÃO COM ART. E ACOMPANHAMENTO, ESTRUTURA COMPLETA PARA INSTALAÇÃO EM TELHADO METÁLICO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DE TODO MATERIAL ELÉTRICO NECESSÁRIO, INCLUSIVE SUBSTITUIÇÃO DO PADRÃO DE ENTRADA, CASO NECESSÁRIO. TODA A LOGÍSTICA NECESSÁRIA COM MÃO DE OBRA E MATERIAIS SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA. Contendo os seguintes equipamentos e materiais: Cabo Solar Vermelho 1kVCA 4mm 150 unidades;	KIT	01	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

Cabo Solar Preto 1kVCA 4mm 150 unidades; Estrutura para Telha Metálica Mini Trilho 550mm 10 unidades; CONECTOR P/CABO MC4 PAR FM/MC 1VIA 1,5KV 39A 10 unidades; Módulo Fotovoltaico Mono EM5H 550 HC 40 unidades; INVERSOR ON GRID 20KW EGT 20000 MAX 220V G2 REM 1 unidade; Serviço de instalação.			
---	--	--	--

4. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da presente contratação é de **04(quatro) meses** contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

5 DA GARANTIA DO OBJETO:

5.1 A garantia consiste na prestação de serviço pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.2 A empresa fornecedora dos bens/serviços será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo Referência.

5.3 De acordo com o artigo 26 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) caso constatado algum vício ou quaisquer outras irregularidades nos materiais fornecidos, a Administração fornecerá à contratado relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas/sanadas em até 30 (trinta) dias de acordo com o artigo 18, parágrafo I, da mesma Lei.

5.4 Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

5.5 Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração.

6 JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

6.1 A Câmara Municipal de Mojuí dos Campos busca alinhar-se às diretrizes da nova política nacional de incentivo ao uso de energia limpa, que prioriza a sustentabilidade e a redução de impactos ambientais. A instalação de um sistema de energia solar fotovoltaica no prédio da Câmara representa um passo significativo no compromisso com o uso racional dos recursos naturais, e está em conformidade com a Política Nacional de Energia Limpa que incentiva o uso de energia solar para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, promover a eficiência energética e assegurar maior autonomia energética aos entes públicos.

6.2 Além da contribuição ambiental, a instalação de painéis solares possibilitará economia significativa nas despesas de energia elétrica da Câmara. O sistema fotovoltaico proporciona uma redução imediata nas contas de luz e, com o tempo, permite economias cada vez maiores, especialmente em cenários de aumentos tarifários. Em média, a energia solar pode reduzir os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

custos de eletricidade em até 95%, o que representa um benefício econômico de longo prazo para o erário público.

6.3 A instalação das placas solares possibilita à Câmara exercer um papel educativo para a população, demonstrando a viabilidade e os benefícios do uso de energia limpa. Esta iniciativa pode inspirar moradores, empresas e outras instituições a adotar soluções semelhantes, criando uma rede de conscientização ambiental na cidade e região.

6.4 A contratação de empresa especializada para a instalação de placas solares na Câmara Municipal de Mojuí dos Campos é uma medida altamente justificada e o investimento promove alinhamento com políticas de sustentabilidade, oferece economia substancial para os cofres públicos, e reforça o compromisso da instituição com o bem-estar ambiental e com as futuras gerações.

7 DO ESTUDO TÉCNICO

7.1 Consta nos autos Estudo Técnico Preliminar.

8 DA CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS (ART. 6º, XIII DA LEI 14.133/21):

8.1 Os itens que integram o objeto deste Termo de Referência trata-se de BENS COMUNS, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja, bens “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

9 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1 A programação orçamentária para cobertura das despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrá por conta da dotação consignada no Orçamento, na Fonte de recurso: 1010 – Câmara Municipal de Mojuí dos Campos

01.031.0001.2001 – Manutenção das atividades da Câmara

4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente

4.4.90.52.00 – Máquinas e equipamentos energéticos

10 DA ENTREGA E DO PRAZO:

10.1. Da Entrega: Os objetos deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos no endereço Rua Deputado José Macêdo, s/nº - Centro – Mojuí dos Campos/PA – CEP:68.129-000.

10.2. Do Prazo: O prazo para entrega/execução é de até **15 (quinze) dias**, a partir do recebimento da requisição.

11 DO RECEBIMENTO E CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS:

11.1 O objeto deste Termo de Referência será recebido por servidor designado por portaria para este fim, em conformidade com o art. 140, inciso II, letras “a” e “b”, da Lei 14.133/21.

11.2 A CONTRATADA deverá entregar os produtos/serviços de acordo com o prazo estipulado neste Termo de Referência e o recebimento será:

11.2.1 **Provisório:** no ato da entrega, para posterior verificação em conformidade com os produtos acerca das especificações em até 05 (cinco) dias;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

11.2.2 Definitivo: após a verificação da qualidade e quantidade do produto/serviço e consequente aceitação em até 5 (cinco) dias.

11.3 Constatado que o objeto recebido não está em conformidade com este Termo de Referência, o servidor de recebimento comunicará a Contratada expondo as razões da recusa e notificando-a, a efetuar o fornecimento do objeto homologado no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, sem qualquer ônus a Contratante;

11.4 Decorrido o prazo estipulado da notificação, sem a devida substituição do recusado, em ato contínuo será dado ciência ao gestor da pasta, visando, sobretudo a instauração de Processo Administrativo para a aplicação das sanções e penalidades face à adjudicatária, nos termos do Termo de Referência, subsidiariamente à Lei 14.133/21.

12 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

12.1 O pagamento, decorrente da entrega dos materiais objetos deste Termo de Referência de cada solicitação/requisição, será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, c/c art. 140 da Lei nº 14.133/21.

12.2 Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

12.4 Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

12.5 A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.

12.6 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

12.7 O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

12.8 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

X = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.9 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

12.10 A Contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

12.11 Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

12.12 É condição para o pagamento do valor constante da nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

12.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13 DA ESTIMATIVA DA DESPESA:

13.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 50.727,23 (Cinquenta mil, setecentos e vinte e sete reais, vinte e três centavos)** conforme planilha abaixo:

MAPA DE APURAÇÃO									
				Empresa (A)	Empresa (B)	Empresa (C)	Empresa (B)	MÉDIA DE PREÇOS	
Item	Descrição	Unid	Qtde	V. Unit.	Vlr. Total				
01	Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para instalação de micro sistemas de geração de energia solar fotovoltaica on grid, incluindo a elaboração do projeto, fornecimento de equipamentos, materiais necessários e estrutura	Kit	01	45.264,44	49.827,31	49.850,00	57.968,37	50.727,53	50.727,53



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

completa para instalação em telhado metálico, instalação e efetivação do acesso ao monitoramento on-line, manutenção e suporte técnico e treinamento, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

EMPRESA (A) - Empresa Loro Sat Segurança e Tecnologia;

EMPRESA (B) - Empresa SegSat Instalações;

EMPRESA (C) - Empresa J. R. Lacerda da Silva;

EMPRESA (D) - Empresa Brasolare.

14 DA REFERÊNCIA DE PREÇOS:

14.1 O orçamento estimado foi obtido através da média das propostas de preços obtidas pelo preço praticado por outros órgãos públicos e/ou fornecidas por empresas especializadas do ramo, conforme demonstrado no Quadro Comparativo de Pesquisa de Mercado.

15 DA PROPOSTA DE PREÇOS:

15.1 As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando:

15.2 Os preços unitários por item e o valor global da proposta;

15.3 Poderá ser acompanhada de folder/prospecto/catálogo do produto ofertado para comprovação das especificações técnicas do objeto;

15.4 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

16 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

16.1 O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por lote, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

17 SUBCONTRATAÇÃO CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA:

17.1 É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

18 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

18.1 A priori, a Câmara Municipal de Mojuí dos Campos apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade, e os alimentos que serão adquiridos não possuem potencialidade de risco ambiental, pelo contrário visa está alinhado a Política Nacional de Energias Renováveis que incentiva o uso de energia solar para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, promover a eficiência energética e assegurar maior autonomia energética aos entes públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

19 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual.

19.2 Se a adjudicatária se recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

19.3 A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Municipais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF.

19.4 A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Contratante proceder à cobrança judicial.

19.5 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

19.6 De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.7 A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.8 São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

19.8.1 Inexecução total ou parcial do contrato;

19.8.2 Apresentação de documentação falsa;

19.8.3 Comportamento inidôneo;

19.8.4 Fraude fiscal;

19.8.5 Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

19.9 As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à contratante ou a terceiros.

19.10 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.11 Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.12 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.13 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

19.15 A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

19.16 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.

20 DA HABILITAÇÃO:

20.1 Da Habilitação Jurídica, Econômico-financeira, Fiscal, Social e Trabalhista

20.1.1. Habilitação Jurídica

201.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

201.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

201.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

201.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

administradores;

201.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

201.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 7.775, de 2012;

201.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

201.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. i) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva."

201.1.9. Prova de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica nos órgãos de registro competente.

201.1.10. Documentos Pessoais do Representante, no caso de Pessoa Jurídica. Prova de Inscrição no CPF ou CNPJ.

20.1.2. **Habilitação Econômico-financeira**

20.1.2.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (recuperação judicial, extrajudicial e falência) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

20.1.2.2. Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, será verificado pela Câmara de Mojuí dos Campos se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

20.1.2.3. Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

20.1.2.4. Balanço Patrimonial referente ao último exercício social ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

20.1.3. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

20.1.3.1. Certidão de Regularidade de Débitos relativa às Contribuições Sociais e com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

20.1.3.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

20.1.3.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

20.1.3.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

“certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

20.1.3.5. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

20.1.3.6. Declaração de Inexistência de Empregados Menores de 18 anos, salvo da condição de menor aprendiz, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

20.1.4. **Qualificação Técnica**

20.1.4.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de fornecimento similares ao objeto desta licitação.

21 DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

21.1 Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 18, inciso IX e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

21.2 Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que, neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

22 DAS OBRIGAÇÕES:

22.1 DA CONTRATADA

22.2 Além daqueles exigidos em Lei a empresa (as) detentora do certame deverá:

22.2.1 Entregar objeto da contratação no prazo fixado e em estrita conformidade com as especificações e quantitativos especificados neste Termo de Referência;

22.2.2 Substituir em até 05 (cinco) dias os materiais que, após a entrega, apresentarem defeitos ou não estiverem de acordo com as especificações deste Termo;

22.2.3 Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos materiais, reservado a CONTRATANTE o direito de recusar se os materiais que não estiverem em conformidade com o objeto contratado;

22.2.4 Comunicar por escrito a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 48 horas, os motivos que, eventualmente, impossibilitem o fornecimento no prazo estipulado;

22.2.5 Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;

22.2.6 Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

22.2.7 Responsabilizarem-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

22.2.8 Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUI DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

nas dependências da CONTRATANTE;

22.2.9 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

22.2.10 Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na execução dos serviços.

22.3 DO ÓRGÃO CONTRATANTE:

22.3.1 Promover o acompanhamento e o recebimento do objeto, verificando se está em conformidade com o que foi solicitado nas especificações/quantitativos contidos neste Projeto;

22.3.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações;

22.3.3 Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital.

23 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

23.1 Nos termos do art. 71 da Lei n.º 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

23.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

24 DOS CASOS OMISSOS:

24.1 As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/21, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

25 DO FORO:

25.1 As partes elegem o foro da Comarca de Santarém/PA, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

26 ANEXOS:

26.1 Documento de Oficialização de Demanda.

26.2 Estudo Técnico Preliminar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS
CNPJ:17.434.855/0001-23

Mojuí dos Campos- PA, 08 de novembro de 2024.

JESANIAS DA SILVA PESSOA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

A

Camara Municipal de Mojuí dos Campos/PA.

A empresa, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob nº, telefone:.....e-mail..... vem apresentar sua proposta de preços para fornecer, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição/Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Total
01	<p>SISTEMA FOTOVOLTAICO ON GRID COM 40 PAINÉIS COM CAPACIDADE DE GERAÇÃO MÉDIA DE 2500 KWH/MÊS E INVERSOR EXPANSÍVEL PARA GERAÇÃO DE ATÉ 4000KWH/MÊS. PRODUTOS CERTIFICADOS PELO INMETRO, COM GARANTIA DE FÁBRICA, COM PAINÉIS SOLARES. MÓDULO FOTOVOLTAICO MONO EMSH 550 HCU, COM INVERSOR ON GRID KW EGT 20000 MAX PROJETO DE APROVAÇÃO COM ART. E ACOMPANHAMENTO, ESTRUTURA COMPLETA PARA INSTALAÇÃO EM TELHADO METÁLICO COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DE TODO MATERIAL ELÉTRICO NECESSÁRIO, INCLUSIVE SUBSTITUIÇÃO DO PADRÃO DE ENTRADA, CASO NECESSÁRIO. TODA A LOGÍSTICA NECESSÁRIA COM MÃO DE OBRA E MATERIAIS SERÁ POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>Contendo os seguintes equipamentos e materiais: Cabo Solar Vermelho 1kVCA 4mm 150 unidades; Cabo Solar Preto 1kVCA 4mm 150 unidades; Estrutura para Telha Metálica Mini Trilho 550mm 10 unidades; CONECTOR P/CABO MC4 PAR FM/MC 1VIA 1,5KV 39A 10 unidades; Módulo Fotovoltaico Mono EMSH 550 HC 40 unidades; INVERSOR ON GRID 20KW EGT 20000 MAX 220V G2 REM 1 unidade; Serviço de instalação.</p>	KIT	01	

Valor da proposta é R\$(.....)

Validade da Proposta:.....dias (não inferior a 60 dias).

Dados bancarios: Banco Agência..... Conta Corrente nº.....

Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

Declaramos ainda, que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

Referência e Edital.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF, endereço de residência e assinatura do representante da empresa

Identificação do Cargo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

ANEXO III - DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DA ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____ representada pelo(a) Sr(a) _____ declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,de de 2024.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal e da Empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ/MF: **FONE:** (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, instaurado pela Câmara Municipal de Mojuí dos Campos-PA, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2024.

Assinatura e Identificação do Responsável Legal da Empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOJUÍ DOS CAMPOS

CNPJ:17.434.855/0001-23

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO

Ao Pregoeiro

Câmara Municipal de Mojuí dos Campos/PA.

Dispensa de Licitação nº _____/_____

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Aviso de Dispensa de Licitação nº _____/2024-CMMC, DECLARA, sob as penas da Lei, que: - Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal/Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerencia, administração ou tomada de decisão, (art. 9º da Lei 14.133/21).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal da empresa (nome e número da identidade)